

O FEMINISMO LÉSBICO INTERROGA A HETERONORMATIVIDADE DA PSICANÁLISE

LESBIAN FEMINISM QUESTIONS THE HETERONORMATIVITY OF PSYCHOANALYSIS

Maria Cristina Poli¹

Fernanda Renaux²

RESUMO: Este artigo analisa as contribuições do feminismo lésbico e queer, destacando Gayle Rubin, Monique Wittig e Judith Butler em sua crítica à psicanálise. Ao desestabilizarem os regimes normativos de sexo, gênero e desejo, essas autoras promovem uma retificação necessária ao campo, denunciando sua matriz cisheteronormativa na produção de saber. Defendemos uma psicanálise atravessada por tais interpelações, capaz de reconhecer a potência de suas subversões. Por fim, destacamos que se trata de pesquisadoras brancas, cis e lésbicas do Norte Global, situadas em um horizonte epistemológico específico. Seus limites são aqui tomados como abertura a perspectivas decoloniais, capazes de explorar as fissuras do próprio texto psicanalítico para interrogar regimes de opressão.

Palavras-chave: Psicanálise, feminismo lésbico, sexualidade, gênero, identidade

ABSTRACT: This article examines the contributions of lesbian and queer feminism, highlighting Gayle Rubin, Monique Wittig, and Judith Butler in their critique of psychoanalysis. By destabilizing normative regimes of sex, gender, and desire, these authors promote a necessary rectification of the field, exposing its cis hetero normative matrix in the production of knowledge. We argue for a psychoanalysis shaped by these interventions, capable of recognizing the power of their subversions. Finally, we note that these thinkers are white, cisgender, lesbian scholars from the Global North, operating within a specific epistemological horizon. Their limits are taken here as openings to decolonial perspectives that explore the fissures within psychoanalytic texts to interrogate regimes of oppression.

Keywords: Psychoanalysis, lesbian feminism, sexuality, gender, identity.

INTRODUÇÃO

Propomo-nos neste artigo a indicar algumas das principais contribuições de autoras do feminismo lésbico e queer, nomeadamente Gayle Rubin, Monique Wittig e Judith Butler. Em seus importantes trabalhos, ainda em curso (apenas Wittig já é falecida), a psicanálise tem lugar de destaque na interlocução e debate crítico. É este aspecto dos desenvolvimentos

¹ Psicanalista, Doutora em Psicologia (U. Paris13), Profa. Titular IP/UFRJ. Produtividade em Pesquisa (CNPq), Cientista do Estado (FAPERJ). <https://orcid.org/0000-0002-4388-8105>. Email: mccpoli@gmail.com

² Mestranda em Teoria Psicanalítica (UFRJ), <https://orcid.org/0009-0001-4281-1202>, Email: fernanda-renaux@hotmail.com

teóricos e políticos destas autoras que gostaríamos de sublinhar, qual seja, tanto o reconhecimento daquilo que a psicanálise constituiu como discurso sobre a sexualidade e como paradigma epistêmico e ético em sua abordagem; quanto a necessidade de sustentar um distanciamento crítico que, ao nosso ver, contribui para a promoção de uma retificação necessária ao campo psicanalítico.

Recorremos às referidas autoras a fim de examinar as lógicas binárias de dominação que pesam sobre os sexos e estão a serviço de uma hegemonia heterossexual (Butler, 2020). Nesse sentido, visamos problematizar toda uma produção discursiva que se sustenta em uma suposta “natureza” operando de acordo com os paradigmas de uma heterossexualidade obrigatória e institucionalizada. Ou seja, trata-se da construção de um dito “sexo verdadeiro” que produz identidades em conformidade com um eixo heterossexual (Wittig, 2022). O campo da psicanálise não está isento de se comprometer com um exame atento desses atravessamentos que incidem diretamente em seus alicerces teóricos e na clínica. É preciso evidenciar de que modo sua discursividade em torno do sexo, historicamente, o dirige a um *telos* ideal, formando sujeitos alinhados à matriz cisheterossexual e operando como um dispositivo normativo. Abrimos, assim, espaço para outras leituras que transcendam as normatividades sexuais e de gênero.

Partiremos, portanto, das contribuições das autoras supracitadas a fim de interrogar os hiatos que elas instauram no campo psicanalítico, reconhecendo a potência dessas subversões e implicando-nos no gesto de leitura, tensionando teoria e clínica. Elas possibilitaram reflexões sobre a produção de subjetividade na contemporaneidade que cabe à psicanálise extrair seus efeitos. Dentre esses estudos, escolhemos as proposições contidas nos livros “Políticas do sexo” da Gayle Rubin (2017); “O pensamento hetero e outros ensaios” de Monique Wittig (2022) e “Problemas de gênero” de Judith Butler (2003) e traçaremos aproximações com a pesquisa psicanalítica apostando na interseção e interdisciplinariedade. Reconhecemos que as autoras escolhidas – pesquisadoras do Norte Global, brancas, cis e lésbicas – operam dentro do horizonte epistemológico marcado por contingências históricas e geopolíticas. Assumimos as lacunas e alcances de suas abordagens como aberturas, convocações a novos enlaces. Atravessamos essas autoras para, ao final, retomar as pontas soltas e considerar as interseções possíveis em uma psicanálise decolonial e situada no contexto brasileiro.

1. PENSANDO O SEXO COM GAYLE RUBIN E O SISTEMA SEXO-GÊNERO

A antropóloga norte-americana Gayle Rubin, nascida em 1949, tem uma trajetória marcada por uma atuação incisiva nas políticas gay e lésbica desde o final da década de 1960 (Rubin; Butler, 2003). Suas proposições articulam-se na confluência entre estruturalismo, pós-estruturalismo, antropologia, psicanálise e marxismo. No artigo “*Tráfico de Mulheres*”, concebido no contexto inaugural da segunda onda do feminismo (Rubin; Butler, 2003), Rubin (1975/2017) empreende uma análise minuciosa dos sistemas de organização social baseados no parentesco em distintas culturas, evidenciando o papel estruturante da heterossexualidade e da opressão das mulheres. Ao cunhar *sistema sexo-gênero* como um conceito guarda-chuva, a autora propõe um arcabouço para compreender os mecanismos da opressão sexual, realizando uma releitura crítica das matrizes teóricas de Marx, Engels, Freud, Lacan e Lévi-Strauss. Para Rubin, o sexo e a sexualidade não são meras realidades biológicas, mas construções socioculturais forjadas por dinâmicas históricas e morais. Seu conceito abarca um conjunto de relações sociais que transmutam diferenças anatômicas em dispositivos de regulação da sexualidade, moldando-as conforme imperativos normativos.

Como ela mesma observa, contudo, os teóricos que mobiliza não se debruçaram com a devida acuidade sobre as especificidades da opressão das mulheres. Segundo sua leitura, Freud e Lévi-Strauss descreveram a organização da vida social e, ainda que tenham revelado os mecanismos de opressão das mulheres e de minorias sexuais, o fizeram sem questionar criticamente as estruturas que analisavam. A possibilidade de uma leitura crítica e subversiva de Freud, por exemplo, está intrinsecamente atrelada à relação que se estabelece com seu texto. Poderíamos indagar, como faz Rubin, se há em Freud uma crítica implícita à opressão das mulheres – ela chega a propor que a “psicanálise é uma teoria feminista que não chegou a se configurar plenamente como tal” (Rubin, 1975/2017, p. 36) – assim como se poderia questionar, a partir de outros intérpretes, se sua obra contém uma condenação à homossexualidade. Longe de uma resposta unívoca, a polissemia do texto freudiano permite que ambos os caminhos sejam percorridos, dependendo do enquadramento adotado, da própria posição do leitor, e de suas marcas, com o texto.

A antropóloga inicia sua investigação examinando como o legado marxista fundamenta as primeiras tentativas feministas de aplicar sua estrutura analítica à opressão das mulheres, embora o marxismo em si, não se ocupe com questões relativas às distinções

sexuais. Nesse percurso, evidencia-se que o capitalismo não apenas mobiliza concepções preexistentes de masculino e feminino, mas também lhes confere novas formas, produzindo modalidades de opressão associadas à divisão sexual do trabalho. Central a essa dinâmica é a exploração de uma força de trabalho não remunerada – como o trabalho doméstico – cuja função é crucial para a extração da mais-valia pelo capitalista.

Rubin, no entanto, adverte que a gênese da opressão não pode ser reduzida ao capitalismo, como postulam algumas vertentes feministas, pois tal explicação é insuficiente para dar conta das formas de dominação de gênero presentes em outras sociedades. O capitalismo, longe de ser sua origem, apropria-se de estruturas históricas de desigualdade, reforçando e naturalizando a divisão sexual do trabalho. Logo, a análise marxista era precária e limitada para o feminismo (Rubin; Butler, 2003). Rubin (1975/2017) parece reconhecer uma dificuldade de determinar a gênese dessas estruturas. Ao revisitar *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884)*, de Engels, a autora avança na análise ao demonstrar que a opressão sexual não é uma criação do capitalismo, mas uma herança de formações sociais anteriores, apropriada e ressignificada conforme as condições materiais específicas de cada época. Logo, sistemas de *parentesco*, o *patriarcado* e as *relações de reprodução* podem ser compreendidos como expressões empíricas do sistema de sexo/gênero.

Apoiando-se em Lévi-Strauss, Rubin examina como o casamento, o parentesco e, sobretudo, *a troca de mulheres* estruturam a dominação feminina e os papéis de gênero. O parentesco, longe de se restringir a laços biológicos, constitui um sistema que regula categorias, *status* e obrigações sociais. Sua lógica fundamental opera na economia de troca de presentes, da qual a troca de mulheres entre homens participa. A antropóloga destaca que *a troca de mulheres* é uma síntese conceitual para descrever um arranjo social no qual os homens detêm direitos sobre elas. Assim como o patriarcado configura uma modalidade específica de dominação, a troca de mulheres se insere enquanto particularidade no sistema sexo/gênero, contudo, sem esgotá-lo. É essa assimetria de poder que lhe permite aproximar a análise estruturalista de Lévi-Strauss das formulações psicanalíticas sobre a feminilidade.

Segundo a autora, Lévi-Strauss se aproximou da confirmação de que a heterossexualidade é uma imposição institucionalizada, e ela nota que o tabu do incesto pressupõe uma interdição anterior e implícita: a da homossexualidade. A heterossexualidade compulsória emerge como um efeito do sistema de parentesco, do tabu

do incesto e da lógica da troca de mulheres, configurando-se, assim, como um pilar do mesmo regime de opressão. O gênero, portanto, não se limita à identificação com um sexo, mas também opera como princípio regulador da direção do desejo.

De acordo com Rubin (1975/2017), a psicanálise é central na análise dos processos psíquicos que sustentam a reprodução das estruturas de gênero ao longo das gerações. Para a antropóloga, é pelo complexo de Édipo que se transmite a organização do parentesco e a identificação com um sexo/gênero, regulando os conflitos entre desejo e normatividade cultural. No estágio pré-edípico, crianças de ambos os sexos são psiquicamente indistintas, de modo que sua diferenciação em meninos e meninas não é dada, mas construída. A psicanálise, logo, descreve os mecanismos que transformam sujeitos indistintos em identidades sexuadas distintas, trilhando o dispositivo que sustenta a construção do gênero. A autora norte-americana analisa como a crise edipiana indica o momento em que a criança apreende a estrutura social do gênero e do papel que lhe é atribuído. O complexo de Édipo funciona como mecanismo de subjetivação que institui a hierarquia entre os sexos, vinculando o falo ao privilégio masculino. Nesse esquema, a menina não apenas se vê privada desse significante, mas também da gama de direitos e possibilidades a ele associados. Segundo a antropóloga, a psicanálise descreve a feminilidade como um processo marcado pela *dor*, *humilhação* e *renúncia*, exigindo elaboradas justificativas para a adesão ao lugar feminino e indicando seu alto custo.

Para Rubin, a crítica feminista deve não apenas questionar os limites da teoria psicanalítica, mas também reconhecer seu potencial ao revelar os mecanismos que instauram a normatividade de gênero. O potencial para uma teoria crítica do gênero só se torna visível nas fissuras da própria psicanálise, que descreve os fundamentos dessa normatividade sem, contudo, problematizá-los. Em diálogo com Butler, Rubin manifesta seu descontentamento com a hegemonia das leituras psicanalíticas sobre as sexualidades dissidentes, bem como com a presunção de que deteria um privilégio interpretativo sobre esses fenômenos. O prestígio e a influência dessa tradição, somadas à posição na psiquiatria, conferiram-lhe um estatuto na análise da variação sexual. Para Rubin (1975/2017), muitas vezes, a capacidade explicativa da psicanálise se mostra limitada, pois tende a condensar questões de intrincada complexidade em esquemas interpretativos reducionistas, que acabam por negligenciar uma análise mais robusta.

Ao questionar alguns movimentos na psicanálise que reduzem certas sexualidades a experiências unitárias de sentido, a antropóloga propõe um deslocamento da ênfase nas *entidades clínicas* ou *categorias psicológicas* para uma análise *histórica, institucional e territorial* das minorias sexuais. Sua crítica recai sobre o uso leviano de conceitos psicanalíticos, sustentando que, se em outro momento predominava um marxismo dogmático, agora se presencia a ascensão de um *lacanismo limitado* (Rubin; Butler, 2003). Seu esforço, portanto, é expandir os contornos do imaginário, inserindo-o em uma estrutura simbólica mais ampla, na qual se identifique os dispositivos de regulação da diferença. Em *Pensando o Sexo* (Rubin, 1984/2017), por sua vez, as questões de outrora se transformam, deslocando-se de um exame *histórico, descritivo e teórico* para uma análise da *história, política e território*, trazendo alicerces empíricos sobre o tratamento social dado às práticas sexuais em si. Assim, o foco recai para as variedades sexuais e para o *sistema da estratificação sexual*. Inclusive, a antropóloga aponta a *fusão semântica* do significante *sexo* no inglês – do mesmo modo como ocorre no português – que significa tanto o ato sexual quanto uma divisão binária entre feminino e masculino (Rubin, 1984/2017; Rubin e Butler, 2003)

A autora evidencia os mecanismos regulatórios das práticas sexuais na Inglaterra e, sobretudo, nos Estados Unidos, traçando um panorama que se estende do final do século XIX até um século depois. Sua análise articula uma reflexão radical sobre os dispositivos de poder, examinando a instauração de legislações repressivas, a perpetuação de discursos religiosos e culturais e a intensificação da vigilância policial – sintetizada na máxima: “O sexo é considerado culpado até que provem sua inocência” (Rubin, 1984/2017, p. 82). Rubin observa que transformações socioeconômicas, como a industrialização, reconfiguram relações familiares, papéis de gênero e identidades, gerando novas desigualdades e tensões que incidem na constituição de subjetividades sexuais e na redefinição dos regimes de normalidade. Para a autora, o *sexo* é político e está inserido em um sistema que privilegia determinadas práticas enquanto criminaliza outras. Ao relegar o sexo à condição de algo inerentemente pecaminoso e perigoso, o sistema atua como dispositivo de regulação, cujos mecanismos de repressão oscilam ao longo da história. Em determinados momentos, como entre 1950 e 1970 nos Estados Unidos, a sexualidade torna-se o alvo privilegiado de contestações e disputas políticas (do mesmo modo como ocorre agora, em 2025), evidenciada pela recorrência de legislações punitivas e pelo papel central das disciplinas *psi*

e do aparato estatal na normatização sexual, configurando-se em uma verdadeira *caça às bruxas* contra indivíduos que se afastam da matriz heteronormativa, com especial incidência sobre os homens gays. Não pretendemos aqui nos prolongar nessa longa investigação da autora, mas basta apontar sua relevância para o estudo que se segue.

Logo, nesse ínterim, a autora aponta como própria sociedade civil assumiu um papel proativo na reprodução de violências, materializando-se, por exemplo, em incursões em espaços de sociabilidade LGBTQIA+. O discurso de proteção à infância foi instrumentalizado pelo Estado para legitimar políticas repressivas, revelou uma preocupação desmedida com a moralidade e a sexualidade na esfera pública. Cumpre, inclusive, rememorar o pânico moral suscitado pelo vírus do HIV/AIDS, o qual serviu de combustível para os discursos homofóbicos e transfóbicos, reforçando estigmas e práticas discriminatórias. Rubin teve acesso a *História da Sexualidade* (1976) de Foucault, enquanto redigia seu artigo. Em decorrência dessa influência, a autora aponta que a maioria das práticas sexuais passou a ser submetida a um regime de suspeição e os estigmas a elas atribuídos emergem da confluência entre tradições religiosas e discursos médicos, psiquiátricos, psicológicos, midiáticos e, em determinados contextos, até mesmo feministas. O conservadorismo que permeia tais narrativas diferencia-se menos por suas premissas e mais por sua *roupagem terminológica*. Seja por meio de formulações hormonais, genéticas, da suposta diferenciação psíquica entre os sexos ou da associação entre heterossexualidade e maturidade.

Rubin apresenta neste artigo duas figuras que ilustram como nas culturas ocidentais modernas, a moralidade é estruturada em hierarquias que organizam os atos sexuais em uma *pirâmide erótica*. Essa configuração evidencia que os indivíduos situados no topo dessa escala gozam de privilégios institucionais, sendo agraciados com respeitabilidade, reconhecimento, suporte estatal e, por efeito disso, benefícios simbólicos e materiais. Em contrapartida, à medida que se declina nessa estrutura, os sujeitos tornam-se alvo de patologização, criminalização, estigmatização e restrições à mobilidade financeira (empregabilidade), política e institucional. No ápice da pirâmide encontram-se os atos sexuais derivados de relações heterossexuais monogâmicas, matrimoniais procriativas, concebidas como ideais e naturais. Logo abaixo, situam-se os casais heterossexuais não casados, seguidos por gays e lésbicas monogâmicos em relacionamentos estáveis. Em estratos inferiores, esses mesmos grupos são rebaixados quando identificados como

promíscuos, seguidos por pessoas trans e, em seguida, pelo sexo comercial. Na base da pirâmide figuram aqueles cujas práticas eróticas desafiam de maneira ainda mais radical as fronteiras normativas da sexualidade. Rubin designa essa lógica piramidal como uma espécie de *teoria dominó do perigo sexual*, intensificando-se gradativamente à medida que se distancia dos altos padrões hegemônicos.

Embora a cartografia da estratificação sexual possa, à primeira vista, sugerir uma estranha e rígida divisão e isolamento categorial, desconsiderando intersecções e combinações com dimensões como classe e raça, a autora evita tal armadilha ao reconhecer a confluência dos marcadores sociais. Sua análise evidencia que mesmo aqueles situados em posições privilegiadas dentro da hierarquia não estão plenamente imunes a outros atravessamentos opressivos. Essa perspectiva revela que o privilégio não constitui uma condição estática, mas deve ser apreendido em uma lógica relacional, reelaborando-se constantemente em função do contexto, dos marcadores implicados e das dinâmicas que estruturam as relações entre distintos grupos. Vale considerar que ainda nesse artigo, a antropóloga identifica nos feminismos um embate polarizado entre correntes libertárias e conservadoras, especialmente no que concerne à sexualidade. Ela indica que na literatura feminista havia uma recorrente representação negativa às variações sexuais, acompanhada da condenação de práticas associadas à cultura gay e das experiências trans, consolidando, assim, perspectivas *transexcludentes*. Essa tensão manifestava-se, sobretudo, nos embates entre o movimento *antipornografia* e as vertentes mais libertárias. Para Rubin, a questão transcende um mero conflito interno e evidencia um deslocamento do debate do âmbito ético – fundamentado no consentimento – para uma régua moral, na qual determinados modos de vida e práticas sexuais são estigmatizados independentemente da agência e do desejo dos sujeitos envolvidos.

Por fim, cabe destacar a crítica da autora à busca insensata por *uma* gênese de determinada questão social, sobretudo no âmbito do sexual, enquanto chave explicativa absoluta, revela-se não apenas inviável, mas também epistemologicamente reducionista. Não se trata de desconsiderar a historicidade ou ignorar uma minimalista busca pela origem, mas de reconhecer que tal trilhamento não conduz a uma instância última de significação. Tanto Rubin quanto Butler evidenciam essa aporia, ao passo que Freud, ao longo de sua obra acaba por enredar-se nos embaraços que a busca etiológica instaura.

2. “A MULHER NÃO EXISTE” DE MONIQUE WITTIG E O FEMINISMO LÉSBICO MATERIALISTA

Kumpera e Silveira-Barbosa (2020) exploram a trajetória intelectual de Monique Wittig (1935-2003), examinando não apenas um recorte de sua vida, mas também a atualidade de seu pensamento. Aqui, esboçamos brevemente as contribuições desse estudo, a fim de situá-la antes de nos voltarmos propriamente à sua obra. Escritora, pesquisadora e ativista francesa, Wittig desempenhou um papel central nos estudos feministas lésbicos, articulando suas críticas tanto no campo acadêmico quanto na literatura, especialmente entre as décadas de 1960 e 1990. As autoras traçam sua trajetória a partir de 1968, período marcado por uma efervescência política na França, com protestos, greves e paralisações, bem como pela consolidação do *Mouvement de Libération des Femmes (MLF)*. Nesse cenário, permeadas por críticas à ordem social e por disputas teóricas nos círculos intelectuais, nos partidos de esquerda e nos movimentos sociais, emergiam distintas correntes feministas nas quais destacavam-se três grandes eixos: o *feminismo revolucionário*, a vertente *psicanalítica e política*, e o feminismo vinculado à luta de classes. Entretanto, o que interpelava Wittig de maneira mais contundente era a ausência de uma problematização da heterossexualidade no interior das formulações feministas da época (Kumpera e Silveira-Barbosa, 2020).

É nesse íterim que emerge o feminismo materialista, corrente que recusava explicações naturalizantes sobre mulheres e homens, concebendo-os como classes políticas, em diálogo com a teoria marxista. Até então, as lutas feministas concentravam-se na ampliação de direitos, sem questionar radicalmente os próprios pressupostos que sustentavam a divisão sexual. Wittig, por sua vez, reivindicava uma revolução linguística capaz de desestabilizar o imaginário heterocentrado produtor das categorias de homem e mulher. As autoras destacam, ainda, a influência de sua aliança intelectual com outras feministas, como Christine Delphy e Marie-Claude Mathieu, nesse processo. Suas proposições suscitaram intensos debates no interior do feminismo francês, sobretudo por sua participação na revista *Questions Féministes* nos anos 1970, onde buscou incorporar uma crítica à heterossexualidade compulsória, formulando a sexualidade como uma categoria social (Kumpera e Silveira-Barbosa, 2020).

Em *O Pensamento Hetero (1978-1980)* Wittig (1978/2022) examina a linguagem e sua incidência sobre o corpo social, demonstrando como as ciências sociais, incluindo a psicanálise, subordinadas à heterossexualidade como regime normativo, produzem conceitos universais regidos por essa lógica. Wittig escreve a polêmica frase que provocou os círculos feministas da época:

“seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem como mulheres, pois *mulher* tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. *As lésbicas não são mulheres*” (Wittig, 1978/2022, p. 67. Grifo nosso).

Ao remover o véu que naturaliza as categorias de *homem* e *mulher*, a autora se debruça sobre a linguística e sua apropriação por Lévi-Strauss e Lacan. Ao examinar a linguagem como um campo de poder, ela demonstra que sua função transcende a mera transmissão de significados; a linguagem os institui, estendendo-se à própria conformação do tecido social e operando ativamente sobre os corpos e subjetividades. A partir disso, Wittig assevera: “Em minha opinião, não há dúvida que Lacan tenha encontrado no Inconsciente as estruturas que ele disse ter encontrado - afinal, ele mesmo as havia colocado ali antes” (p. 58). Wittig acusa Lacan de inscrever no inconsciente categorias que ele próprio toma como universais, em vez de descobri-las, uma vez que a linguagem opera como um campo de poder e não meramente como um reflexo da realidade. Se a linguagem não apenas descreve, mas institui significados, então a psicanálise, ao fundamentar seus conceitos a partir de determinadas premissas, não se limita a revelar supostas estruturas, mas participa ativamente de sua produção. Wittig radicaliza a crítica epistemológica expondo o cunho normativo da operação discursiva.

Em nossa leitura, Wittig sugere que a experiência do analisando é, em si, atravessada por uma lógica opressiva, pois o simbólico se organiza a partir de um imperativo *heterocentrado*. Além disso, a psicanálise opera com conceitos moldados por esse arcabouço cultural sem questionar criticamente seus próprios pressupostos. Assim, a própria estrutura da linguagem no dispositivo analítico acaba por reforçar mecanismos de opressão. A crítica de Wittig evidencia que a lógica subjacente ao pensamento heterossexual encobre os conflitos ideológicos e os interesses políticos, tendendo a produzir leituras totalizantes da realidade social, nas quais conceitos são aplicados de maneira indiscriminada a todos os indivíduos. Desse modo, na leitura de Wittig (2022), a psicanálise teria *hipermitificado*

determinados conceitos, conferindo-lhes o estatuto de verdades canônicas: “Nossa recusa da interpretação totalizante da psicanálise faz os teóricos dizerem que negligenciamos a dimensão simbólica. Estes discursos nos negam todas as possibilidades de criar as nossas próprias categorias” (Wittig, 1978/2022, p. 59).

Por exemplo, ainda que o Édipo possa ser repensado em outras configurações, sua estrutura fundamental é ancorada em uma lógica heterocentrada. O enredo do mito que articula desejo, interdito e lei se inscreve em uma matriz que naturaliza a heterossexualidade como norma, dificultando sua dissociação plena. Assim como Rubin (1975/2017) afirma que o tabu contra a homossexualidade é anterior, Wittig (1978/2022) também assevera: “...o pensamento hétero continua a afirmar que é o incesto, e não a homossexualidade, o seu maior tabu.”³ Wittig concebe a linguagem como *matéria*, incidindo diretamente no real, ainda que veiculada por discursos científicos, por vezes de forma abstrata. Ainda, em outro trabalho, ela afirma: “a linguagem projeta feixes de realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente” (Wittig, 1989/2022, p.81). Para a autora, esse poder de incidir materialmente advém do fato de operar com conceitos que interpelam diretamente determinados sujeitos.

O pensamento heterossexual, por sua vez, binariza as categorias políticas e fabrica uma falsa ontologia da diferença, encobrendo o próprio regime normativo subjacente, relegando mulheres, negros, indígenas e homossexuais à posição de diferente/outro, enquanto preserva o universal como o homem, branco, cis e heterossexual. Para Wittig, é precisamente essa lógica que sustenta a opressão, tendo a heterossexualidade como seu pilar fundamental. Conforme suas próprias palavras: “Se nós, lésbicas e gays, continuarmos a falar de nós e a nos conceber como mulheres e como homens, contribuimos para a manutenção da heterossexualidade” (p. 64) Embora Wittig rejeite o estatuto ontológico da diferença sexual, sua tentativa de localizar sua gênese a conduz a certo determinismo. Talvez seja mais produtivo investigar como a diferença se manifesta e se reproduz, em vez de fixar sua origem em um ponto. A crítica erigida por Kumpera e Silveira-Barbosa (2020) à Wittig merece destaque. A centralidade conferida por Wittig à opressão estruturada pela matriz heterossexual leva a uma equiparação entre a opressão das mulheres, de populações

³ Curiosamente esta frase não consta na versão impressa publicada pela editora Autêntica. Mas pode ser lida nas traduções virtuais do texto. Ver, por exemplo, em: [O Pensamento Hétero – Heterossexualidade Compulsória e a Existência Lesbiana | Feminismo é a verdadeira Revolução](#) (acesso em fevereiro de 2025).

racializadas e de outras formas de servidão historicamente estabelecidas. Essa abordagem sugere, em certa medida, a possibilidade de pensar a base da opressão a partir de um eixo único, desconsiderando interseccionalidades e suas particularidades. As autoras ressaltam como esse silenciamento contribui para um *embranquecimento* do pensamento feminista lésbico, não apenas em tempos passados, mas também no contexto brasileiro contemporâneo, especialmente quando se recorre a autoras como Wittig sem levar em conta os atravessamentos de classe e raça.

Ao perseguir esse fio argumentativo, em *Não se Nasce Mulher* (1981), Wittig (1981/2022) aponta que a abordagem feminista materialista concebe, por meio do raciocínio, que as mulheres não são um dado natural. Paralelamente, a categoria lésbica desestabiliza tal noção essencialista, mas por meio de uma configuração prática. Segundo a autora, ao recusar a heterossexualidade, a lésbica rompe com a construção das categorias de sexo, evidenciando seu cunho ficcional e homogêneo, produto de uma heterossexualidade institucionalizada. Sob essa ótica, o sexo constitui uma *captura imaginária*, uma *construção mítica* que naturaliza diferenças. Wittig traça um paralelo sugerindo que a lésbica, nesse cenário, ocuparia a posição de uma escravizada foragida e salienta:

Lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias de sexo (mulher e homem), porque o sujeito em questão (lésbica) *não* é uma mulher, seja em termos econômicos, seja em termos políticos ou ideológicos. Pois o que faz da mulher uma mulher é a relação social específica a um homem, uma relação à qual chamamos anteriormente de servidão, uma relação que implica obrigação pessoal e física, assim como obrigação econômica (“residência forçada”, corveia doméstica, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos, etc.), uma relação da qual as lésbicas fogem pela recusa de se tornarem ou permanecerem heterossexuais (Wittig, 1981/2022, p.53-54).

Ainda nesse trabalho, são problematizadas as ambiguidades no interior dos feminismos, interrogando a própria escolha da designação *feminista*. O que esse termo, assim como *mulher*, de fato significa? Wittig enfatiza que a luta pela *mulher* pode inadvertidamente reforçar uma classe já delimitada pelos moldes de seu próprio opressor, ainda que reconheça a importância histórica e política do feminismo. Wittig afirma: “Nossa primeira tarefa, ao que parece, é fazer sempre uma distinção completa entre as ‘mulheres’ (a classe dentro da qual lutamos) e ‘a mulher’, o *mito*. Pois a ‘mulher’ *não existe* para nós: é apenas uma formação imaginária, enquanto as ‘mulheres’ são produto de uma relação social” (Wittig, 1981/2022, p. 49. Grifo nosso)

A autora assevera que a consciência da opressão não pode se circunscrever à luta política contra desigualdades, mas deve precipitar uma reconfiguração conceitual, exigindo um exame rigoroso das formas pelas quais a linguagem ordena nossa leitura de mundo, uma vez que a realidade conceitual, material e social se engendra e se torna inteligível por meio desta. Para Wittig, o conflito de classe entre homens e mulheres só poderá ser superado com a destruição simbólica das categorias de sexo. Ainda que materialismo e subjetividade sejam concebidos como termos antagônicos, Wittig inscreve a possibilidade de uma articulação, evidenciando que as experiências subjetivas são associadas às determinações sociais. O sofrimento, frequentemente circunscrito à esfera individual, revela-se, em verdade, um fenômeno de classe, radicado nas engrenagens estruturais da opressão.

Por sua vez, a escritora reconhece as limitações intrínsecas ao marxismo, mas, diferente de Rubin, argumenta que essa tradição teórica, em certa medida, obstruiu a tomada de *consciência de classe* pelas mulheres, impedindo-as de se constituírem enquanto sujeito histórico. Ao ancorar-se em uma concepção naturalizada da divisão do trabalho, o marxismo teria velado os conflitos de classe específicos entre homens e mulheres. Em *A Categoria do Sexo* (1982), Wittig (1982/2022) sustenta que a primazia da diferença dissimula as divisões sociais – de ordem econômica, material, política e ideológica – sob o disfarce de natureza: “pois o sexo não existe” (p. 33). Para a autora, a opressão forja o próprio construto de sexo, tornando inadiável compreendê-lo à luz do materialismo dialético. O pensamento dominante, ao não se interrogar ou olhar para si mesmo, reafirma incessantemente sua própria naturalização, erguendo explicações que se impõem como *a priori*. Aproximando-se do marxismo, Wittig argumenta que a classe dominante – detentora da força material – impõe igualmente seu pensamento como universal. Essa dominação advém de sua posição hegemônica, sustentada não apenas pelo controle dos recursos materiais, mas também pela apropriação dos dispositivos de comunicação e produção do saber.

A argumentação de Wittig aponta para uma aporia: se, por um lado, ela afirma que a categoria “sexo” funda a sociedade heterossexual, situando-se em sua base, por outro, também indica que é apresentada como efeito da própria organização heterossexual. Esse regime totalitário de significação aprisiona as mulheres, conformando seus corpos, experiências e realidades, tornando impossível qualquer enunciação fora desses termos. As

categorias operam de maneira totalizante, tomando a parte pelo todo – um aspecto, como o sexo ou a cor, é elevado à condição de significante absoluto da diferença.

Em *Do Contrato Social*, Wittig (1989/2022) retoma a justificativa para a adoção da terminologia *contrato social* em textos anteriores, mobilizando autores como Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes, John Locke e Lévi-Strauss em contraposição ao pensamento de Marx e Engels. O que nos interessa aqui é sua colocação da linguagem como o primeiro contrato social, dado que todo pacto se instaura por meio da língua. O contrato social, por sua vez, parte do pressuposto de que o ser humano nasce livre, mas se acorrenta em nome do bem comum, sendo uma soma de convenções mesmo que nem sempre formalizadas de maneira explícita. Wittig (1989/2022) enfatiza que a noção de contrato social é, antes de tudo, uma questão filosófica. Movemo-nos, portanto, no âmbito de uma abstração que postula um pacto entre indivíduos para instituir uma *ordem social*, condição que possibilita, ademais, a constituição de alianças que unam o povo. Ao mesmo tempo, reconhece um limite utópico nas criações filosóficas.

A autora, no entanto, enfatiza a necessidade de rompermos com o aspecto heterossexual do contrato, e não com o contrato em si. A heterossexualidade sobrepõe o contrato, logo, é essencial que haja uma reformulação desse contrato. Poderíamos pensar a psicanálise como uma teoria que ficcionaliza a origem do contrato social por meio do mito do pai da horda. Até que ponto, nessa operação, ela também não institui suas próprias normatividades? Ademais, como já vimos em Rubin, Wittig vai retomar a noção de *troca de mulheres* em Lévi-Strauss para evidenciá-la como um contrato social no qual as mulheres eram negociadas à revelia, reduzidas a objetos e, portanto, excluídas das instâncias decisórias que regiam as cláusulas contratuais.

Em última análise, Wittig questiona: o que é a heterossexualidade, senão uma instituição tácita, cuja formulação explícita ocorre apenas no início do século XX em contraposição à homossexualidade? Não podemos deixar de mencionar, ainda que brevemente, a produção literária de Wittig, abordada a partir da leitura de Butler (1990/2003). Para Butler, a literatura, na obra de Wittig, constitui um campo de experimentação. Em *As Guerrilheiras*, Wittig eliminaria as conjunções que remetem ao pronome masculino, deslocando o pronome feminino (*elles*) para a posição de universal, subvertendo assim a lógica linguística que naturaliza a primazia do masculino.

Esse deslocamento pode ser aproximado das torções contemporâneas na língua portuguesa, bem como o uso do “e” enquanto neutro nas marcas de gênero. Assim como Wittig tensiona a gramática francesa para desestabilizar suas hierarquias, práticas atuais de modificação da língua evidenciam a inscrição do gênero nas estruturas linguísticas, desafiando a suposta neutralidade do masculino e ampliando as possibilidades de enunciação. Além disso, Butler ressalta que as obras literárias de Wittig promovem uma *desintegração literal do corpo no próprio tecido textual*. Em *O Corpo Lésbico*, por exemplo, “o ato de fazer amor literalmente dilacera os corpos das parceiras” (Butler, 1990/2003, p. 181), enquanto em *As Guerrilheiras* a luta violenta opera um processo similar de fragmentação. Assim, “a própria linguagem de Wittig cria uma desfiguração e um redesenho alternativo do corpo” (Butler, 1990/2003, p. 181), desafiando a inteligibilidade normativa da materialidade corporal. Butler se interroga: “O que resta quando o corpo, que ganhou coerência por meio da categoria sexual, é desagregado, tornado caótico?” (Butler, 1990/2003, p.182), evidenciando a dimensão ficcional do *gênero*, enquanto categoria sexual, mas também textual, em seu duplo-sentido regido por uma lógica cisheterocentrada.

3. JUDITH BUTLER E A MATRIZ DE INTELIGIBILIDADE ENTRE SEXO-GÊNERO-DESEJO

Judith Butler, nascida em 1956, é uma filósofa norte-americana e um dos principais nomes da Teoria *Queer*. Sua vasta obra dialoga com um amplo leque de autoras e autores, incluindo Foucault, Engels, Freud, Lacan, Wittig, Irigaray, Rubin e Beauvoir, entre outras/os. Butler investiga a produção e performatividade discursiva que conforma sexo, gênero e desejo e, embora seu pensamento ultrapasse essa esfera, é nela que situaremos nossa análise. Entre suas principais contribuições sobre o tema, destacam-se *Problemas de Gênero* (1990), *Corpos que Importam* (1993) e *Desfazendo Gênero* (2004). Dentre essas, privilegiamos a primeira, dado seu caráter inaugural, com especial atenção ao diálogo com a psicanálise e Monique Wittig.

Problemas de Gênero é inaugurado por Butler (1990/2003) com as influências do pensamento foucaultianos, concebendo o *poder* não apenas como uma relação entre sujeitos, mas como aquilo que constitui os próprios sujeitos e os seus *Outros*. O poder não se restringe a uma dinâmica de repressão, vigilância e controle, mas opera

fundamentalmente na produção dos sujeitos, moldando suas possibilidades de existência dentro de um campo normativo que naturaliza determinadas exclusões. O poder não pode ser removido, mas apenas deslocado.

Desde o capítulo inicial a aposta teórica de Butler é conduzida por uma *genealogia crítica*, o que significa deslocar o foco da busca por uma *origem*, pois isso implica na suposição de um estado *anterior* às opressões, um momento *puro*, isento de dominação. Em vez disso, ela propõe examinar as condições históricas que possibilitam a emergência de certas categorias, voltando-se para as instituições que produzem opressões, investigando os discursos que sustentam essas estruturas e os meios pelos quais são disseminados. É nesse horizonte que Butler problematiza certos feminismos que, ao buscar uma identidade política comum, acabaram por reforçar a noção de um sujeito unitário. A ênfase na unidade dificultou uma crítica mais radical à própria ideia de identidade. Se, por um lado, a construção de um sujeito feminista foi uma estratégia fundamental para conferir visibilidade política a determinadas demandas, por outro, essa mesma estrutura tornou-se normativa, estabelecendo limites rígidos sobre o que pode ser reconhecido como feminino e o que permanece de fora desse enquadramento. Para Butler, a identidade não é apenas um instrumento de reconhecimento, mas também um dispositivo regulador que delimita, normatiza e exclui, embora isso não aponte para sua desimportância em movimentos sociais. O problema surge quando o sujeito do feminismo não interroga seu próprio lugar de enunciação, reproduzindo, assim, os mecanismos de exclusão que pretende combater.

A partir dessa proposição, Butler, fundamentando-se em Foucault, evidencia a função paradoxal desse movimento: ao reivindicar a representação de um sujeito, ele simultaneamente o produz. As mulheres se inscrevem em uma determinada definição de *mulher* que, na realidade, é uma construção da própria estrutura de poder da qual buscam se emancipar, bem como já havia apontado Wittig. No entanto, para Butler, mesmo no plural, a categoria permanece problemática, pois continua a operar sob uma lógica que homogeneíza experiências, lutas e opressões. Incorre-se, assim, em um processo de colonização e ocidentalização do sujeito do feminismo, apagando formas de dominação situadas, um alerta já presente na obra de Rubin. A busca pelo sujeito representativo tende a preservar uma lógica essencialista, na medida em que se procura uma verdade sobre si, uma coerência e continuidade para o feminino. Butler, no entanto, aposta na incompletude desse termo. Dialogando com Beauvoir, entre convergências e divergências, ela evidencia

que a mulher é um conceito em processo, um *devenir* sem origem fixa nem conclusão definitiva.

Isso implica reconhecer que a noção de identidade deve considerar classe, raça, sexualidade, etnia, localização e temporalidade. Parece contraditório reivindicar interseccionalidades e sustentar uma concepção monolítica do sujeito. Wittig já apontava essa tensão, mas Butler radicaliza a questão ao afirmar a impossibilidade de escapar completamente da política representacional: inseridos na linguagem, não há como nos desvencilharmos das suas estruturas jurídicas e de poder. Embora Butler reconheça a intenção democratizante na ampliação do termo *mulheres* no contexto das políticas de coalizão, ela adverte contra a antecipação de seus resultados, ou seja, a busca prematura por uma unidade conceitual. A coalizão não deve se pautar por uma unificação apriorística. Afinal, esse diálogo está sempre condicionado pelas relações de poder que estruturam um contexto, produzindo percepções divergentes que não necessariamente resultam em consenso.

Destacamos essa questão, pois, no bojo das alegações de Butler, emerge a interrogação: “Em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto de uma matriz heterossexual?” (Butler, 1990/2003, p. 23). Isso retoma as afirmações feitas por Wittig. Em última instância, a identidade é efeito de práticas discursivas ancoradas em ideais normativos. O próprio conceito de *pessoa* é determinado por identidades que operam como normas de inteligibilidade, sendo o gênero uma das principais instâncias dessa matriz reguladora. Butler designa como *práticas perturbadoras* as discontinuidades que desestabilizam a matriz normativa, expondo a contingência e historicidade. O gênero, longe de se restringir a um atributo individual, constitui-se como uma estilização reiterada do corpo, um conjunto de atos regulatórios que, ao operar sob a matriz da heterossexualidade compulsória, produzem uma coerência diante de uma matriz de inteligibilidade. As regras normativas funcionam por meio desse processo reiterativo que, paradoxalmente, também engendra sua própria desestabilização. O sujeito não está inteiramente capturado pelas normas; ele habita a tensão entre a sujeição às regulações e à criação de brechas.

A desconstrução da identidade implica o desvelamento de sua dimensão política e, assumir a identidade como política não apenas evidencia os mecanismos que a enrijecem, mas também abre caminho para sua contestação e transformação. Segundo a autora, a

heteronormatividade, enquanto efeito de uma formação específica de poder, instaura um pressuposto causal que vincula sexo, gênero e desejo em uma suposta coerência e continuidade. A heterossexualização do desejo exige e institui uma lógica binária e assimétrica, na qual os polos opostos se complementam. Para Butler, as escolhas do menino estariam atravessadas pelo medo da feminização, associado ao repúdio à homossexualidade não sancionada. Além disso, a bissexualidade é concebida como anterior à inscrição do sujeito na cultura, precedendo o discurso e sendo recalcada conforme os efeitos das práticas excludentes e compulsórias que instauram a heterossexualidade como regime normativo. No entanto, essa restrição é precisamente o que fundamenta a matriz de inteligibilidade que permite conceber tal primazia. Para Butler, é insustentável a hipótese de uma cultura meramente repressiva e posterior, pois é ela própria que constrói a noção de uma natureza originária, bissexual e binária.

Butler questiona a concepção do sexo como substrato natural e pré-discursivo, ao qual o gênero se reduziria como mero efeito. Tal pressuposto reforça a ilusão de um sexo dado. A filósofa aprofunda essa crítica ao dismantelar a metafísica da substância, demonstrando como a gramática do *eu* engendra a *ficção* de um sujeito fixo e de uma identidade interior. Dessa forma, a crença de que alguém *é* um determinado gênero naturaliza um processo que, na verdade, é discursivo. Outra questão que merece destaque em Butler: haveria uma convenção heterossexual operando em contextos *homossexuais*? Seria possível falar de heteronormatividade em relações gays ou lésbicas? Trata-se de uma desestabilização daquilo que se entende como um corpo de mulher, e não de uma reafirmação identitária enquanto homem. Afinal, uma *sapatão* não usufrui dos privilégios atribuídos à masculinidade cis. O que se perde, portanto, é uma estabilidade interna, sem que isso implique uma assimilação ao polo opressor. Segundo Butler, para Wittig, essa suposta identificação corresponderia, na verdade, a uma reprodução dos termos da dominação. Butler ressalta que categorias como *bofinho*, presentes em comunidades lésbicas, não devem ser interpretadas como simples reproduções de identidades *originariamente* heterossexuais. Tal leitura implicaria a suposição de um modelo original, a partir do qual se derivariam cópias imperfeitas, pressuposto que a autora desmonta ao questionar a própria noção de originalidade das identidades formadas dentro da matriz heterossexual.

A noção de paródia de gênero aqui defendida não presume a existência de um original que essas identidades parodísticas imitem. Aliás, a paródia que se faz é *da* própria ideia de um original; assim como a noção psicanalítica da identificação com o gênero é constituída pela fantasia de uma fantasia, pela transfiguração de um Outro que é desde sempre uma *imagem* nesse duplo sentido, a paródia do gênero revela que a identidade original sobre a qual se molda o gênero é uma imitação sem origem (Butler, 1990/2003, p. 197).

A crítica proposta inscreve-se no questionamento da ficção reguladora e da dificuldade de pensar a origem do gênero. Longe de ser um papel fixo a ser desempenhado, o gênero constitui-se como uma paródia sem original. A performance *drag*, ao imitar o gênero, não se ancora em um modelo genuíno, mas evidencia a própria estrutura imitativa das identidades. Essa paródia não ridiculariza um modelo verdadeiro – porque tal modelo não existe – mas expõe como as repetições normativas se apresentam como naturais e essenciais. No entanto, é crucial reconhecer que nem toda paródia é, em si, subversiva. Ao examinar a desagregação dos corpos e a ruptura da coerência heterossexual, Butler sugere que tal desestabilização denuncia o ideal regulador como ficção. Essa formulação ecoa, em parte, a tese de Wittig sobre a lesbianidade enquanto denúncia do caráter artificial da categoria *sexo*.

Ao articular Lacan, Wittig e Foucault, Butler investiga as tensões entre suas perspectivas sobre a normatização da sexualidade. Em sua leitura, tanto Lacan quanto Wittig partem da concepção de uma sexualidade *perversa-polimorfa*, embora a situem em momentos distintos da relação com a lei. Para Wittig, projeta-se para além da lei – ou se manifesta no próprio deslocamento das normas – como exemplificado na concepção de uma sexualidade pós-genital em *O Corpo Lésbico*. Foucault, por sua vez, rompe com a ideia de um *fora* da norma, argumentando que toda experiência da sexualidade está imbricada em relações de poder. Não há, portanto, um sujeito anterior ou exterior ao regime normativo, mas apenas efeitos discursivos que emergem no interior da matriz regulatória. Na leitura butleriana de Lacan, a lei paterna, ao estruturar a totalidade da significação no registro do Simbólico, erige-se como princípio organizador da cultura. O sujeito do desejo emerge, assim, como produto da interdição: o recalque funda a subjetividade ao instaurar uma falta constitutiva, na medida em que a interdição do incesto e a inscrição na linguagem inauguram uma existência marcada pela perda e pelo desejo do objeto proibido. Butler enfatiza que essa estrutura normativa não apenas reprime, mas produz determinados desejos na forma de *pulsões* que se apresentam como *naturais*.

A rigidez da ordem simbólica e sua pretensão universal constituem um ponto central da crítica de Butler. Se a matriz simbólica lacaniana indica uma conformidade a uma lei que se revela impossível de cumprir e que não permite sua própria reformulação, como conceber formas de subjetividade que escapem dessa captura? No segundo capítulo, Butler dialoga com Lacan, Irigaray, Riviera, Freud e outras/os autoras/es, explorando a lógica binária da ordem simbólica. Ela retoma a formulação lacaniana segundo a qual a economia fálica organiza a diferença sexual por meio da oposição entre *ter* o Falo e *ser* o Falo. Seguindo Irigaray, Butler destaca que a feminilidade, ao ser representada como mascarada em Riviera, é estruturada por um mecanismo no qual as mulheres participam do desejo masculino ao custo de renunciar ao próprio desejo.

A máscara, nesse contexto, não apenas encobre uma perda, mas a preserva, funcionando como um dispositivo melancólico de incorporação do objeto perdido. Butler questiona a suposição lacaniana de que a homossexualidade feminina seria efeito da frustração heterossexual e sugere a inversão: e se a heterossexualidade compulsória for, na verdade, uma resposta a uma homossexualidade frustrada? Para sustentar essa hipótese, ela articula a relação entre mascarada e melancolia recorrendo tanto a Lacan quanto a Freud. Aprofunda-se a análise da melancolia na formação da identidade de gênero, mostrando como a perda do objeto amado é incorporada pelo sujeito, reconfigurando sua subjetividade. Ao aplicar essa lógica ao gênero, a identidade se constitui pela introjeção de proibições. A influência freudiana, associada às contribuições de Wittig e Rubin, sustenta sua tese de que o tabu *implícito* contra a homossexualidade não apenas reprime certos desejos, mas efetivamente os produz. Assim, a heterossexualidade compulsória não resulta de uma *predisposição*, mas é um efeito, sustentado pelo temor da feminização, da homossexualidade e de sua respectiva exclusão social.

Nessa direção, a autora questiona as premissas psicanalíticas sobre supostas *predisposições* sexuais. Se não há um critério para distinguir uma feminilidade adquirida por internalizações de uma feminilidade de *origem* biológica, por que não considerar todas as afinidades de gênero como efeitos de um mesmo processo? A identidade de gênero, portanto, emerge menos como um dado essencial do que como resultado da repetição normativa. Butler (1993/2022) em *Corpos que importam* (1993), reflete sobre os equívocos em torno da noção de performatividade de gênero, introduzida em *Problemas de Gênero*. Muitos interpretaram sua teoria como uma escolha voluntária e consciente do gênero, como

se fosse possível simplesmente *vesti-lo* a cada dia. Butler problematiza a própria noção de construção, compreendida como algo artificial e *opcional*, para argumentar que certas construções são constitutivas da inteligibilidade dos corpos. O sistema de gênero não apenas define quais corpos são reconhecíveis e legíveis, mas também delimita aqueles que são abjetos, impensáveis e inabitáveis. A questão recai em como a materialidade dos corpos é produzida e regulada. O desafio é transformar os termos que determinam quais corpos importam e quais são relegados à exclusão, tornando visível o caráter violento e reiterativo desse processo.

Butler menciona que o *queer* surge como um local de contestação coletiva, isso pois, inicialmente o termo era utilizado como uma ofensa e com o intuito de envergonhar sujeitos que assim eram nomeados e interpelados a partir de uma caracterização humilhante. O que está em jogo não é rejeitar as categorias identitárias, mas manter uma autocrítica constante sobre os riscos de seu uso. Butler aprofunda essa discussão ao afirmar que só podemos dizer *eu* porque, antes, alguém nos interpelou, situando-nos em um lugar no discurso. Dessa forma, o reconhecimento social não apenas antecede, mas também condiciona a formação do sujeito, que não preexiste ao reconhecimento, mas emerge justamente a partir dele.

Em *Desfazendo o Gênero* (2004), Butler (2004/2022) associa o desejo à busca pelo *reconhecimento*, retomando a tradição hegeliana que o compreende como um anseio fundamental por ser reconhecido. De acordo com essa perspectiva, a constituição de qualquer sujeito socialmente viável depende da experiência de reconhecimento. No entanto, essa dinâmica é atravessada por hierarquias que fazem com que algumas pessoas sejam reconhecidas de um modo que compromete a possibilidade de uma vida vivível. O reconhecimento opera como um mecanismo de regulação que produz o humano de forma diferencial.

4. É POSSÍVEL INSCREVÊ-LAS EM UMA PSICANÁLISE DECOLONIAL SUL-GLOBAL?

Em entrevista concedida à Linn da Quebrada e Jup do Bairro no programa *Transmissão*⁴, exibido pelo Canal Brasil em 2021, Judith Butler discute os problemas de gênero, refletindo sobre as diferenças entre o movimento *queer* nos Estados Unidos e na América Latina. As entrevistadoras ressaltam que o Brasil, pelo 13º ano consecutivo, foi o país que mais assassinou pessoas trans e travestis, ao mesmo tempo em que, em 2020, elegeu 30 representantes trans para cargos políticos. Como compreender esses movimentos que coexistem de forma tão paradoxal? Butler relembra sua visita ao Brasil, quando foi alvo de ataques e teve sua imagem queimada em praça pública. Para a filósofa, esse episódio ilustra uma contradição profunda: enquanto o país projeta uma imagem de abertura e liberdade sexual, a violência contra corpos dissidentes permanece brutalmente presente. Ela pontua a discrepância entre essa narrativa de acolhimento e sua instrumentalização pelo mercado, que transforma dissidências em espetáculo. No entanto, como adverte Butler, viver como espetáculo é habitar um espaço abstrato – e quando a existência se reduz a um simulacro, suas demandas concretas são ignoradas. “O capitalismo nos conta mentiras sobre o que é realmente valioso, e o mercado pode valorizar algo que, na vida real, ele destrói”, afirma a filósofa.

Ademais, assim como Rubin (1975/2017) não esgota as evidências empíricas do sistema sexo-gênero em sua articulação com formas específicas de opressão, situadas, podemos expandir essa reflexão ao articular como raça e classe engendram dinâmicas próprias e entrelaçadas de violência quando atravessadas por dissidências sexuais e de gênero. A intersecção dos marcadores não apenas adiciona nuances às formas de opressão, mas produz regimes específicos de dominação e exige uma análise localizada dessas estruturas. Gonzalez (1986) nos alerta para a necessidade de compreender como a violência contra as mulheres negras no Brasil é atravessada por uma colonialidade persistente, que articula racismo, sexismo e desigualdade social em um regime violento de segregação e desumanização.

⁴ BUTLER, Judith. **Entrevista concedida a Linn da Quebrada e Jup do Bairro.** Programa *TransMissão*. Canal Brasil, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DMge3Uc9sUs&t=1614s>

Apropriando-se da psicanálise de Freud e Lacan, a autora analisa o racismo como *sintoma da neurose cultural brasileira* e ressalta como a posição enunciativa molda nossa compreensão das relações entre racismo e sexismo. Essa imbricação produz formas específicas de violência, como por exemplo, na contradição entre a exaltação carnavalesca da mulher negra e sua marginalização cotidiana. Sob o rótulo estigmatizado de *identitarismo* atribuído aos movimentos de populações subalternas, os discursos cisheteronormativos, hoje, se revestem de novas terminologias no seio de uma psicanálise alinhada ao conservadorismo. A elasticidade, ambiguidade e a permeabilidade das obras freudianas e lacanianas estendem-se a ponto de permitir que a psicanálise abrigue um microcosmo dessa polaridade política, no qual as questões sobre sexualidade e identidade de gênero ora encontram respaldo em alicerces normativos, ora se inclinam a forças subversivas. Articular Wittig, Butler e Rubin à psicanálise decolonial do Sul Global expande nossos horizontes teóricos, tensionando leituras tradicionais que, sob a insígnia de uma psicanálise clássica, ao dissimular seu próprio lugar de enunciação, deslegitima modos subalternos de nomeação taxando-os de *capturas imaginárias* ou *identitarismo*.

Um coletivo subalterno não se constitui por uma identidade homogênea ou unitária, mas pela discriminação que, ao tomar um traço pelo todo, simultaneamente naturaliza e violenta determinada categoria (Ayouch, 2019). Esse movimento hegemônico parece ignorar, inclusive, a vastidão das nuances que separam Freud na Viena do início do século XX de um Brasil atravessado por suas próprias tensões e urgências no século XXI. O dossiê nº 320 da Revista *Cult*, publicado em 2025 sob o título “Lesbianidades e psicanálise: contribuições teórico-clínicas que derivam dos modos lésbicos de fazer laço” aponta, por exemplo, um gesto coletivo de deslocar a homossexualidade feminina do lugar em que foi narrada e interpretada sob chaves cisheteronormativas pela leitura psicanalítica, para afirmar uma virada epistemológica e corpórea: as lesbianidades como sujeitos da enunciação e da transmissão neste campo.

Penteado (2025) propõe que os corpos lésbicos introduzem um novo ponto de inflexão nas discussões sobre raça, classe, gênero, sexualidade e corporeidade, tensionando tanto a psicanálise quanto a sociedade. Mais do que uma crítica à família estruturada pelo regime binário da diferença sexual, sua reflexão aposta na invenção de parâmetros conceituais que desestabilizem os universais e torçam os referenciais que sustentam conclusões fixas.

Nessa esteira, ainda frente às lesbianidades, Fernandes, Renaux e Tanure (2025) indicam a existência de um regime de esvaziamento narrativo nas produções psicanalíticas que limitam a pluralidade de sentidos ao impor a hegemonia de uma narrativa única, instaurando um paradoxo entre escassez e excesso de significação: ao mesmo tempo em que certas experiências são impossibilitadas de produzir sentidos próprios, são também hiper-narrativizadas por discursos saturados de categorias e diagnósticos cisheteronormativos. As autoras sustentam que, diante desse colapso interpretativo, a clínica e a teoria psicanalítica devem sustentar uma prática viva e porosa, capaz de acolher tensões e fricções sem a pretensão de estabilizar o sentido por meio de mitos fixos e universais.

O fechamento de sentidos, ao estabilizar determinadas leituras, tende a sufocar a singularidade. Ainda que a psicanálise inevitavelmente se apoie em certos universais e que, como lembra Butler, a matriz representacional seja incontornável, o ponto decisivo é interrogar quais sentidos essas escolhas produzem e quais exclusões instauram. Sustentar uma metodologia da hesitação implica desconfiar das categorias que estruturam o sofrimento, o desejo e a subjetividade, implicando pesquisador e clínico no próprio ato de escolha teórica e de leitura. Caso contrário, corre-se o risco de recair, ainda que de forma implícita, em fechamentos inteligíveis e automatizados que reproduzem hegemonias. Quando as conceituações deixam de funcionar como referenciais flexíveis e se tornam dispositivos estanques, passam a operar a serviço de um gozo LGBTfóbico, afetando de modo desigual os sujeitos capturados por essa fixação discursiva. Apostamos que a pesquisa em psicanálise, ao se abrir ao diálogo com teorizações e literaturas dissidentes, ampliaria acervos de leitura e sustentaria uma ética do não-saber, distanciando-se da assertividade e da tendência de reduzir a diferença a categorias normativas ou dicionarizadas.

Como já afirmamos em outro trabalho (Poli, 2023), as narrativas – interpretações sobre o sujeito, o corpo e o Outro – se transformam ao longo do tempo, e seus efeitos se desdobram em múltiplas esferas, atravessando simultaneamente o campo subjetivo e social. Concebendo a psicanálise como prática, teoria e método investigativo, destacamos que as transformações político-ideológicas exigem também um questionamento dos próprios alicerces teóricos da psicanálise, especialmente no que diz respeito à apreensão do sujeito e às ficções e narrativas que sustentam as formas de subjetivação. Embora feministas, pessoas LGBTQIA+ e racializadas há décadas denunciem e combatam sua condição subalternizada, o ineditismo contemporâneo reside na maneira como essas narrativas vêm sendo escutadas

– inclusive no campo psicanalítico, inclusive, por vezes, sob a forma de denúncia das produções alinhadas à normatividade.

É possível pensar uma “psicanálise lésbica” que tensiona os mitos que a “psicanálise clássica” recorre para pensar a construção do corpo e da subjetividade? Concluimos que percorrer essas autoras e as discussões sobre uma psicanálise decolonial, ainda que brevemente, evidencia que a psicanálise não está imune à produção de teorias e ficções – e, por consequência, práticas – reguladoras e normativas. No entanto, o próprio texto psicanalítico, e sobretudo sua práxis com o inconsciente, abre fissuras que possibilitam interrogar esses regimes, ainda que, paradoxalmente, ele próprio possa se enredar nas armadilhas que ajuda a denunciar.

REFERÊNCIAS

AYOUC, Thamy. **PSICANÁLISE E HIBRIDEZ**: Gênero, colonialidade e subjetivações. 1ed. Curitiba: Calligraphie, 2019.

BUTLER, Judith. **CORPOS QUE IMPORTAM**: os limites discursivos do “sexo”. 2 ed. São Paulo: n-1 edições, 2020 (1993)

_____. **DESAZENDO GÊNERO**. 1ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2022 (2004)

_____. **PROBLEMAS DE GÊNERO**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1990)

FERNANDES, Anna Cecília; **RENAUX**, Fernanda; **TANURE**, Lohana. Do rebuceteio ao divã: Notas sobre a escutabilidade em psicanálise. In: **LESBIANIDADES E PSICANÁLISE**: contribuições teórico-clínicas que derivam do modo dissidente de fazer laço. Revista Cult, São Paulo, n. 320, p. 52, ago. 2025.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, pp.223-244, 1984

KUMPERA, Júlia; SILVEIRA-BARBOSA, Paula. MONIQUE WITTIG: breve histórico da trajetória intelectual e política de uma lésbica. Revista PHILIA Filosofia, Literatura & Arte. vol2. n2, 2020

PENTEADO, Joana. Sair do isolamento da Ilha de Lesbos e contar-se na pólis. In: **LESBIANIDADES E PSICANÁLISE:** contribuições teórico-clínicas que derivam do modo dissidente de fazer laço. Revista Cult, São Paulo, n. 320, p. 52, ago. 2025.

POLI, Maria Cristina. REVOLUÇÕES NARRATIVAS: Consideração de atualidade no sujeito e na psicanálise. Revista Àgora. V.26, Rio de Janeiro, 2023

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. TRÁFICO SEXUAL: Entrevista. Cadernos Pagu, 21, pp. 157-209, 2003

_____. Políticas do sexo. São Paulo: Ubu Editora, 2017 (1975-1984)

WITTIG, Monique. O pensamento hétero e outros ensaios. 1 ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2022 (1978-1989)